

SUMÁRIO

TÍTULO I – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Capítulo I – Princípios Constitucionais

1. Introdução	39
2. Noção de princípio.....	48
3. Princípios jurídicos. Princípios jurídico-constitucionais	49
4. O princípio jurídico-constitucional e a interpretação	53
5. O princípio constitucional como diretriz do sistema jurídico.....	61
6. A Magna Carta e a supremacia dos princípios constitucionais.....	62
7. Outras considerações	64

Capítulo II – Princípio Republicano e Tributação

1. Noções preliminares	73
2. Conceito de República. Seus elementos	74
3. Proibição de vantagens tributárias fundadas em privilégios.....	87
4. O princípio republicano e a igualdade tributária	89
5. O alcance do princípio republicano	92
6. A relevância jurídica do princípio republicano.....	92
7. O princípio republicano e a competência tributária.....	94
8. O princípio republicano e a capacidade contributiva.....	96
8.1 Noções gerais	100
8.2 Destinatários do princípio da capacidade contributiva	108
8.3 Eficácia do princípio da capacidade contributiva	108
8.3.1 Capacidade contributiva e não confisco.....	114
8.4 Análise jurídica do tópico “sempre que possível (...)” (art. 145, § 1º, primeira parte, da CF).....	121
8.4.1 O IPTU e a capacidade contributiva	126
8.4.2 O IR e a capacidade contributiva	132
8.5 Síntese conclusiva	142

Capítulo III – Princípio Federativo e Tributação

1. Colocação do tema.....	143
2. A natureza jurídica do Estado Federal	144

2.1	A soberania e o Estado	145
2.2	Os Estados simples e as Uniões de Estados	148
2.2.1	As Uniões pessoais	149
2.2.2	As Confederações de Estados	149
2.2.2.1	Diferenças entre a Confederação de Estados e o Estado Federal – A Confederação de Estados e o Estado Federal são entidades diversas e, assim, inconfundíveis. O traço distintivo entre eles repousa na soberania, presente nos Estados confederados, não, porém, nos federados (Le Fur).....	151
2.3	O Estado Unitário Descentralizado e o Estado Federal	152
2.4	As Uniões reais e o Estado Federal.....	152
2.5	Outras características do Estado Federal.....	154
3.	O princípio federativo, no Brasil	155
3.1	Igualdade jurídica entre a União e os Estados-membros	156
3.2	A natureza jurídica da União.....	159
3.3	A indissolubilidade da Federação Brasileira	160
3.4	A competência residual dos Estados	161
3.5	A coexistência das autonomias federal e estaduais	162
3.6	As leis complementares estaduais	164
3.7	A relevância jurídica do princípio federativo, no Brasil	164
4.	Os Estados-membros e suas Constituições.....	165
4.1	A igualdade jurídica dos Estados-membros	170
5.	Últimas considerações	171

Capítulo IV – Autonomia Municipal e Tributação

1.	Introdução	174
2.	Caráter jurídico do princípio.....	176
3.	O conceito de “autonomia municipal”.....	178
4.	O art. 30 da CF e os assuntos de interesse local. A lei orgânica municipal	180
5.	Assuntos de interesse predominantemente local	183
6.	Resposta aos críticos da fórmula “assuntos de interesse local”.....	186
7.	O art. 30 da CF e seu rol exemplificativo	187
8.	A relevância jurídica do princípio da autonomia municipal	188
9.	A competência tributária do Município em face do art. 30 da CF.....	189
10.	Outras considerações	191
11.	A autonomia do Distrito Federal.....	191

Capítulo V – Princípio da Anterioridade e Tributação

1.	Noções preliminares	194
2.	Exceções ao princípio e aparente exceção.....	205
2.1	As “contribuições” (art. 149 e seu § 1º da CF), os empréstimos compulsórios do art. 148, II, da CF, os impostos residuais da União (art. 154, I, da CF) e o princípio da anterioridade.....	212

2.2	Conclusão parcial	214
3.	O princípio da anualidade: a possibilidade jurídica de sua inclusão nas Constituições estaduais e nas leis orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal	215
4.	O princípio da anterioridade e a alteração das formas e dos prazos de pagamento do tributo	217
5.	As isenções tributárias e o princípio da anterioridade	219
5.1	Outro caminho	220
5.2	A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade	222
5.3	As isenções advindas de tratados internacionais e o princípio da anterioridade ...	226
5.3.1	Tratados internacionais. Noção geral	226
5.3.2	Os tratados internacionais, no Brasil	230
5.3.3	Os tratados internacionais tributários	233
5.4	A isenção tributária com prazo prefixado de vigência e o princípio da anterioridade	235
5.5	As isenções concedidas com base no art. 156, § 3º, II, da CF, e o princípio da anterioridade	236
6.	A delegação da capacidade tributária ativa e o princípio da anterioridade	236
7.	Síntese conclusiva	238

Capítulo VI – Legalidade e Tributação

1.	Introdução	239
2.	O princípio da legalidade. Generalidades	243
2.1	A lei e o tributo	246
3.	A legalidade no direito tributário brasileiro	250
3.1	Aspectos gerais	250
3.2	A lei como limitação ao exercício da competência tributária	258
3.3	Novas considerações	259
3.3.1	Generalidades	259
3.3.2	A regra “solve et repete” e a legalidade tributária	262
3.3.3	A legalidade e o prazo e as condições de recolhimento dos tributos. A indexação dos tributos (sua impossibilidade, ainda que prevista em lei)	264
3.4	Lei ordinária e tributação	267
3.4.1	Circunscrição do problema	267
3.4.2	As medidas provisórias e a tributação	269
3.4.2.1	Os impostos previstos no art. 153, I, II, IV e V, da CF, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira e a antiga contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e as medidas provisórias	279
3.4.2.2	Os impostos extraordinários e as medidas provisórias	280
3.4.2.3	Os empréstimos compulsórios, os impostos da competência residual da União, o antigo imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza	

financeira (IPMF), as contribuições que criam novas fontes de custeio para a seguridade social e as medidas provisórias...	281
3.4.2.4 As “contribuições sociais para a seguridade social” e as medidas provisórias – Também as “contribuições sociais para a seguridade social” não aceitam as medidas provisórias	283
3.4.2.5 Últimas colocações	283
3.4.3 As leis delegadas e a tributação.....	285
3.4.4 Síntese conclusiva	286
4. Aparentes exceções ao princípio da legalidade tributária.....	287
5. Considerações sobre o “processo legislativo” e a lei ordinária	293
5.1 A iniciativa	295
5.2 A deliberação.....	302
5.3 A sanção	303
5.4 A promulgação	304
5.5 A publicação.....	307
5.5.1 Noções gerais	307
5.5.2 Conceito	308
5.6 Epítome	318
6. A revogação das leis tributárias	318
6.1 Noções básicas	318
6.2 Assuntos paralelos.....	319
6.3 A irrepristinabilidade.....	322
7. A legalidade e os deveres instrumentais tributários.....	324
8. O “desvio de poder” no exercício da função legislativa tributária. Sua inconstitucionalidade.....	334
9. A irretroatividade das leis tributárias	336
10. Limitações ao princípio da legalidade	346
11. A lei e a faculdade regulamentar.....	348
11.1 A “referenda” do regulamento tributário. Sua imprescindibilidade.....	366
12. Legalidade e os princípios federativo, da autonomia municipal e da autonomia do Distrito Federal	370

Capítulo VII – Segurança Jurídica e Tributação

1. Noções introdutórias.....	372
2. Estado de Poder, Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	377
2.1 O Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais	378
2.2 Origem da proteção jurídica aos direitos fundamentais	379
2.3 O alcance dos direitos fundamentais	380
3. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.....	384
3.1. Introito.....	384
3.2 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão	384
3.2.1 Generalidades	384
3.2.2 A omissão legislativa inconstitucional	385

3.2.3	A omissão administrativa inconstitucional.....	387
3.2.4	Efeitos da decisão que declara a existência da inconstitucionalidade por omissão	388
3.3	O mandado de injunção	390
3.3.1	Observações iniciais. Conceito. Alcance.....	390
3.3.2	Incaducabilidade.....	391
3.3.3	Cabimento. Semelhanças e dessemelhanças com a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	391
3.3.4	Efeitos do mandado de injunção	392
3.3.5	Esclarecimentos necessários	395
3.3.6	Novas colocações	396
3.3.7	Medida liminar	397
3.3.8	Ministério Público	398
3.3.9	Especificidades	398
3.3.10	Competência para julgar o mandado de injunção	400
3.3.11	Considerações finais sobre o mandado de injunção.....	401
3.4	Conclusão geral	402
4.	Direitos fundamentais e tributação	402
4.1	O “estatuto do contribuinte”.....	404
5.	Segurança jurídica da tributação e os princípios da tipicidade fechada, do exclusivismo, da adequada eleição do sujeito passivo tributário, da vinculação do lançamento à lei, da interpretação estrita da lei, da igualdade, da confiança na lei fiscal, da boa-fé do contribuinte e da moralidade.....	407
6.	Da consulta fiscal e seus efeitos jurídicos	428
7.	A segurança jurídica, o “livre acesso” ao Poder Judiciário e o contencioso administrativo-tributário.....	434
8.	A inconstitucionalidade da responsabilidade tributária por fato futuro (substituição tributária “para frente”).....	460
9.	A segurança jurídica e as presunções, ficções e indícios.....	466
9.1	Das presunções.....	467
9.2	Das ficções	471
9.3	Dos indícios.....	473
9.4	Consequências a tirar	477
9.5	A norma geral antielisiva. Sua correta compreensão	481
9.5.1	Da simulação fiscal	483
10.	A quebra dos sigilos bancário, de dados e fiscal sem expressa autorização do Poder Judiciário. Sua inconstitucionalidade	485
11.	O “princípio da proporcionalidade” como limite constitucional à criação ou aumento dos tributos.....	491
12.	O dever do Estado de indenizar os contribuintes, pelos danos que lhes causar	495
12.1	Noção geral	495
12.2	Excesso de exação e dever de indenizar os contribuintes	499
12.3	A prescrição da ação de indenização contra a Fazenda Pública.....	510

13. Garantias dos contribuintes, diante da tributação	516
14. Considerações finais	519

TÍTULO II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Capítulo VIII – Competência Tributária – Definição – Características

1. Considerações gerais.....	523
2. Competência tributária.....	525
2.1 Introdução.....	525
2.2 A Constituição como a Carta das Competências.....	526
2.3 Conceito	526
2.4 O exercício da competência tributária.....	530
2.5 A competência tributária e seus limites jurídicos.....	531
2.6 A competência tributária e o estado de sujeição dos contribuintes	532
2.7 Os titulares da competência tributária.....	533
2.8 A competência tributária e a criação de tributos	535
2.9 Questões conexas	537
2.10 Competência tributária e os “arquétipos” dos tributos.....	538
3. Características.....	542
3.1 Privatividade.....	542
3.1.1 Introdução ao assunto e análise de questões paralelas	542
3.1.2 A classificação jurídica dos tributos.....	548
3.1.2.1 Os impostos.....	551
3.1.2.2 As taxas. Suas modalidades. Taxas e “preços públicos”. O pedágio.....	557
3.1.2.3 A contribuição de melhoria.....	585
3.1.2.4 Os empréstimos compulsórios	592
3.1.2.5 As “contribuições parafiscais”.....	601
3.1.2.6 Os “impostos extraordinários”.....	603
3.1.2.7 As “contribuições” (art. 149 e seus parágrafos da CF).....	605
3.1.2.8 Síntese conclusiva.....	668
3.1.3 A privatividade das competências tributárias em relação aos impostos. Os critérios “material” e “territorial” de partilha das competências impositivas	669
3.1.4 A privatividade das competências tributárias em relação às taxas e à contribuição de melhoria (tributos vinculados a uma atuação estatal)....	675
3.2 Indelegabilidade	678
3.3 Incaducabilidade.....	684
3.4 Inalterabilidade.....	687
3.5 Irrenunciabilidade.....	691
3.6 Facultatividade	692

4.	Repartição das receitas tributárias	700
4.1	Colocação do problema	700
4.2	Hipótese em que nasce o direito à participação nas receitas tributárias.....	701
4.3	Tema financeiro. A importância de seu estudo.....	703
4.4	As fórmulas adotadas pela Constituição brasileira na repartição das receitas tributárias.....	705
4.4.1	Os Estados-membros e a partilha de suas rendas aos Municípios localizados em seus territórios.....	711
4.4.2	O “diferencial de alíquotas” no ICMS e a repartição das receitas tributárias decorrentes deste tributo	715
4.4.3	Cautelas constitucionais	717
4.5	Breve conclusão	719
5.	Tributação e defesa do meio ambiente.....	719
6.	A tributação no ambiente da “computação em nuvem”.....	738
7.	Anotações complementares	744
8.	Últimas considerações	752

Capítulo IX – Imunidades Tributárias

1.	Introdução	758
2.	A impossibilidade de serem ignoradas as situações de imunidade.....	770
3.	As acepções da expressão “imunidade tributária”	773
4.	As imunidades do art. 150, VI, da CF	775
4.1	As imunidades das pessoas políticas	776
4.2	As imunidades das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.....	792
4.2.1	A noção jurídica de “culto”	815
4.2.2	Dos ganhos dos religiosos e do seu tratamento jurídico tributário	818
4.3	As imunidades dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social.....	824
4.3.1	Considerações gerais	824
4.3.2	Imunidades dos partidos políticos e suas fundações	830
4.3.3	As entidades sindicais dos trabalhadores	832
4.3.4	As instituições de educação.....	833
4.3.5	As instituições de assistência social	840
4.3.6	Considerações adicionais	855
4.4	Imunidades aos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão ...	863
4.4.1	Considerações gerais	863
4.4.2	A acepção da palavra “livros”, para fins de imunidade.....	866
4.4.2.1	Desdobramento da ideia.....	868
4.4.2.2	Distinção importante.....	869
4.4.2.3	A indeterminação da palavra “livro”. Sua irrelevância, para fins de imunidade tributária	870
4.4.2.4	A desvinculação do livro ao papel, para fins de imunidade tributária.....	875

4.4.3	Ainda o papel de imprensa e outros “insumos”	878
4.4.3.1	Explicação necessária	879
4.4.4	Considerações adicionais	881
4.5	A imunidade do art. 150, VI, “e”, da CF	882
5.	A imunidade do art. 150, § 2º, da CF	884
6.	Demais imunidades	888
6.1	A imunidade do art. 149, § 2º, I, da CF	888
6.2	A imunidade do art. 153, § 2º, II, da CF	892
6.3	A imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF	893
6.4	A imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	895
6.5	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF	896
6.6	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF	900
6.7	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “c”, da CF	908
6.8	A imunidade do art. 155, § 2º, X, “d”, da CF	909
6.9	A imunidade do art. 155, § 3º, da CF	914
6.10	A imunidade do art. 156, II, “in fine”, da CF	917
6.11	A imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF	918
6.12	A imunidade do art. 184, § 5º, da CF	922
6.13	A imunidade do art. 195, § 7º, da CF	922
7.	As imunidades ao IBS e à CBS determinadas pela EC 132/2023	945
8.	As imunidades e os deveres instrumentais tributários	947

Capítulo X – Isenções Tributárias

1.	Observações introdutórias	949
2.	Conceito	953
2.1	Isenção como “dispensa legal do pagamento do tributo”	953
2.2	Isenção como “hipótese de não incidência tributária, legalmente qualificada”	954
2.3	Posição de Paulo de Barros Carvalho	956
2.4	Novas ideias	960
3.	Competência para isentar, no Brasil	962
3.1	Isenções concedidas por meio de lei ordinária	962
3.2	Isenções concedidas por meio de lei complementar	967
3.3	Isenções concedidas por meio de tratados internacionais	969
3.4	Isenções concedidas por meio de decreto legislativo estadual ou do Distrito Federal (ICMS)	971
3.5	Revogação de isenção tributária e anterioridade	973
4.	Questões paralelas	973
4.1	Modalidades de isenções tributárias	974
4.1.1	Isenções transitórias e permanentes. Consequências jurídicas de sua revogação	974
4.1.2	Isenções condicionais e incondicionais	975
4.1.3	Isenções condicionais, com prazo certo. Consequências jurídicas de sua revogação total ou parcial	979

4.2	O campo de incidência das leis isentivas	991
4.3	Isenções de ICMS, concedidas por lei complementar, antes do advento da atual Constituição. Seu desaparecimento	994
5.	Isenção, remissão e anistia tributárias. Suas diferenças jurídicas	995
6.	Epítome	997
7.	Os benefícios fiscais e o modo de serem interpretados e aplicados	998
8.	O PERSE e a impossibilidade jurídica de sua prematura cassação	1010

Capítulo XI – Normas Gerais em Matéria de Legislação Tributária

1.	Introdução	1017
2.	A Constituição e as normas gerais em matéria de legislação tributária	1020
2.1	Os prazos de decadência e prescrição das “contribuições previdenciárias”	1037
2.2	O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	1040
3.	O caráter declaratório das normas gerais em matéria de legislação tributária	1046
4.	O alcance das normas gerais em matéria de legislação tributária	1048
5.	Novos argumentos	1051
5.1	Conflitos de competência tributária. Como as normas gerais em matéria de legislação tributária devem evitá-los	1055
6.	O Código Tributário Nacional e as normas gerais em matéria de legislação tributária	1057
7.	Outras leis complementares tributárias	1060
7.1	A lei complementar prevista no art. 148 da CF	1061
7.2	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, VI, “c”, da CF	1061
7.3	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 150, § 5º, da CF	1062
7.4	A lei complementar prevista no art. 153, VII, da CF	1065
7.5	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 153, § 2º, II, da CF	1065
7.6	A lei complementar prevista no art. 154, I, da CF	1065
7.7	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da CF	1066
7.8	A lei complementar prevista no art. 155, § 2º, XII, da CF	1070
7.9	A lei complementar prevista no art. 156, III, da CF	1087
7.10	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, I, da CF	1095
7.11	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, II, da CF	1098
7.12	A lei complementar prevista no art. 156, § 3º, III, da CF	1104
7.13	A lei complementar prevista no art. 195, § 4º, da CF	1104
7.14	A lei complementar prevista (implicitamente) no art. 195, § 7º, da CF	1105
7.15	A lei complementar prevista no art. 195, § 11, da CF	1105
7.16	A lei complementar prevista no art. 2º da EC 3/1993	1105
8.	Lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”. Sua possibilidade	1106
9.	As leis complementares previstas na EC n. 132/2023	1109
9.1	A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	1109
9.2	A lei complementar prevista no art. 153, VIII, da CF	1109

9.3	A lei complementar prevista no art. 155, § 1º, VII, da CF	1112
9.4	As leis complementares previstas no art. 156-A da CF	1113
9.5	As leis complementares previstas no art. 156-B da CF	1122
9.6	A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	1124
9.7	A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	1125
9.8	A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	1125
9.9	As leis complementares previstas no art. 92-B, “caput” e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	1128
9.10	A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT	1129
9.11	A lei complementar prevista no art. 125 do ADCT	1129
9.12	A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT	1130
9.13	As leis complementares previstas no art. 130, caput e § 10, do ADCT	1130
9.14	As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT	1132
9.15	As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT	1134
9.16	A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT	1136
9.17	As leis complementares previstas no art. 134, caput e § 6º, do ADCT	1137
9.18	A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT	1138
9.19	As demais leis complementares previstas no ADCT pela EC 132/2023	1138
10.	Considerações adicionais	1159

Capítulo XII – Considerações Gerais sobre a Reforma Tributária Realizada pela EC 132/2023 e Positivada pela Lei Complementar 214/2025

1.	A EC 132/2023 e os reparos jurídicos que suscita	1160
2.	A Lei Complementar 214/2025 e o aprofundamento das inconstitucionalidades da EC 132/2023	1179
2.1	Considerações gerais	1179
2.2	Análise das principais disposições da Lei Complementar 214/2025	1196

Capítulo XIII – Breves Comentários sobre a Reforma da Tributação por Meio do Imposto sobre a Renda

1.	O perfil jurídico do imposto sobre a renda	1215
1.1.	Prolegômenos	1215
1.2.	O imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza	1217
1.2.1.	Noções gerais	1217
1.2.2.	Generalidade, universalidade e progressividade no imposto sobre a renda	1219
2.	O imposto sobre a renda e os ganhos de capital	1230
3.	As bases de cálculo possíveis do IRPF e do IRPJ	1244
3.1.	A base de cálculo possível do IRPF	1244
4.	Principais características do imposto sobre a renda da pessoa física mínimo (IRPF-mínimo) e da tributação da distribuição dos lucros e dividendos	1267
5.	Palavras finais	1273

Capítulo XIV – Conclusões

Título I – Princípios constitucionais tributários.....	1274
Capítulo I	1274
Capítulo II	1275
Capítulo III.....	1276
Capítulo IV	1278
Capítulo V.....	1279
Capítulo VI	1280
Capítulo VII	1283
Título II – Competência tributária	1286
Capítulo VIII.....	1286
Capítulo IX	1289
Capítulo X.....	1291
Capítulo XI	1292
Capítulo XII	1296
Capítulo XIII.....	1297
<i>Bibliografia</i>	1301
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1335